

# Parques nacionais estão abertos à devastação

Ronaldo Brasiense

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor de Mello e o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, terão que conseguir US\$ 3 bilhões, nos próximos cinco anos, para garantir a regularização fundiária das 97 unidades de conservação federais existentes em território brasileiro, numa área superior a 16 milhões de hectares. São 34 parques nacionais, 34 estações ecológicas, 23 reservas biológicas e 6 reservas ecológicas espalhadas por todo o país de forma irregular, que abrigam milhares de posseiros, fazendas, madeireiras, fábricas, indústrias e lojas comerciais.

Só oito parques nacionais estão inteiramente regularizados. O de Foz do Iguaçu, no Paraná, o mais bem dotado de infra-estrutura, é auto-sustentável, possui plano de manejo florestal e recebe, anualmente, um milhão de turistas. "Contamos em nosso orçamento para este ano com apenas Cr\$ 140 milhões para regularização fundiária dessas unidades", lamenta o diretor de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o engenheiro Florestal Celso Schenkel.

Além da falta de regularização fundiária, as unidades de conservação brasileiras, em sua grande maioria, estão completamente desparelhadas, sem estrutura física e há uma permanente carência de pessoal. Para se ter uma idéia da situação de penúria, são apenas 55 técnicos de nível superior atuando nas 97 unidades de conservação (0,56 funcionário por unidade), com cada um desses tendo sob a sua responsabilidade, em tese, 300.000 hectares. O Ibama possui apenas 266 funcionários administrativos atuando nessas unidades e somente 264 agentes de defesa florestal. Cada um desses agentes tem sob sua responsabilidade uma área de 62.500 hectares.

"Nos Estados Unidos, há 12 mil agentes florestais atuando apenas na fiscalização dos parques nacionais e há, ainda, 8 mil voluntários, que po-

dem ser acionados a qualquer momento", compara Celso Schenkel. O ideal, segundo Schenkel, seria que o Ibama tivesse no mínimo 2.488 agentes de defesa florestal, com cada um ficando responsável pela fiscalização de uma área de 7.000 hectares.

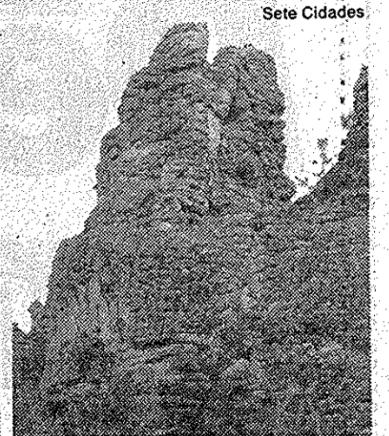
"Pelos nossos cálculos, cobrando um dólar por turista que visita um de nossos parques nacionais, poderemos alcançar uma arrecadação anual de US\$ 12 milhões", acredita Celso Schenkel, lembrando que apenas os Parques Nacionais da Tijuca, no Rio de Janeiro, e de Foz do Iguaçu, no Paraná, recebem anualmente a visita de mais de 5 milhões de turistas. A diretoria de Ecossistemas, responsável pela administração e controle de todas as unidades de conservação brasileiras, está introduzindo um projeto-piloto no Parque Nacional de Brasília, com a implantação de um sistema de bilheteria eletrônica. "Com isso, pretendemos acabar de vez com a evasão de divisas", afirma Celso Schenkel.

Para tentar contornar a crítica situação de pessoal nos parques nacionais e estações ecológicas, principalmente, o Ibama já iniciou gestões com o secretário da Administração Federal, João Santana, para receber biólogos, engenheiros florestais, agrônomos e agentes florestais que tenham sido colocados em disponibilidade pela reforma administrativa. "Temos carência de agrimensores e pessoal especializado em análise documental", assegura o engenheiro agrimensor Aureo Araújo Faleiro, lotado na Diretoria de Ecossistemas, responsável por todos os processos de regularização fundiária das unidades de conservação do Brasil.

Celso Schenkel reconhece ser muito difícil, quase impossível, o Ibama conseguir regularizar todos os parques, estações ecológicas e reservas biológicas apenas com os recursos orçamentários. "A conversão de parte da dívida externa brasileira em projetos ambientais com regularização fundiária pode ser uma alternativa", acredita Schenkel.



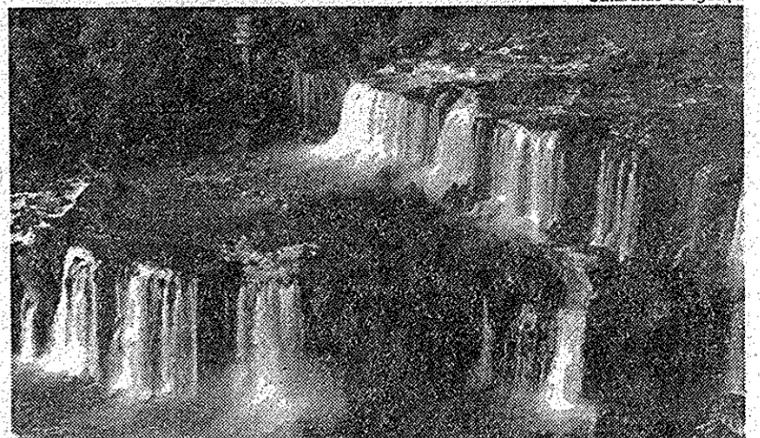
Serra dos Órgãos



Sete Cidades



Itatiaia



Cataratas do Iguaçu

Poucos parques contam com recursos e pessoal suficientes para zelar pela manutenção

## Rio é estado com mais áreas protegidas

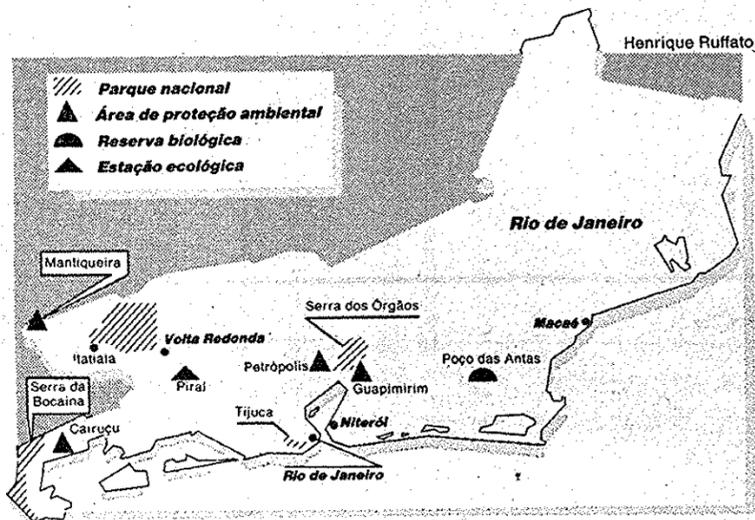
O Rio de Janeiro é o estado que possui, proporcionalmente à sua área territorial, maior número de unidades de conservação. São quatro parques nacionais (Tijuca, Serra da Bocaina, Serra dos Órgãos, Itatiaia), uma estação ecológica (Pirai), uma reserva biológica (Poço das Antas) e quatro áreas de proteção ambiental: APA de Cairuçu (em Parati), APA de Petrópolis, APA de Mantiqueira e APA de Guapimirim. "O Ibama toma conta de 10% do

Rio de Janeiro", confirma o engenheiro florestal Celso Schenkel, diretor de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O Parque Nacional da Tijuca detém o título de mais visitado do Brasil. "Estimamos que pelos menos 8 milhões de pessoas o visitem este ano", prevê Celso Andrade, da diretoria de Ecossistemas do Ibama. O parque da Tijuca, com sua beleza natural, é também um dos mais ren-

táveis. De janeiro a junho, segundo dados da diretoria de Ecossistemas, proporcionou aos cofres públicos mais de US\$ 100 mil.

"Já definimos que, no atual governo, 50% da arrecadação de cada parque nacional serão reinvestidos no próprio parque, ficando os demais 50% para serem aplicados em outras unidades ainda carentes de infra-estrutura", revela Celso Schenkel. (R.B.)



O Rio de Janeiro tem 10% de sua área sob proteção ambiental

## Abandono marca unidades da Amazônia

Além das 97 unidades de conservação federais, há em território brasileiro outras 202 unidades estaduais, numa área de 3.569.285 hectares. São parques criados pelos governos dos estados para a conservação da fauna e flora em áreas específicas. Também nos estados, o problema da regularização fundiária existe, mas não de forma tão crônica nas unidades da União. Nos estados, 78% dessas unidades de conservação já estão com a situação fundiária regularizada, 21% estão por regularizar e 1% constitui área em situação indefinida junto à administração pública, resul-

tante da ausência de informações ou por se constituírem em pendências judiciais em tramitação.

Nas áreas federal e estadual há carência de pessoal especializado, guardas florestais e, pior ainda, os baixos salários desestimulam a transferência de funcionários para essas áreas, principalmente na região amazônica. "Algumas unidades de conservação na Amazônia, localizadas em regiões inóspitas, não têm sequer um funcionário para administrá-las e fiscalizá-las", revela Celso Schenkel, diretor de Ecossistemas do Ibama.

"Em outras regiões do país existem unidades com um número maior de funcionários, mas são insuficientes para atender às necessidades existentes", acrescenta.

Essa precariedade de pessoal, segundo Celso Schenkel, deixa as unidades de conservação brasileiras vulneráveis a invasões e a diversas formas de depredação, constituindo-se no mais grave problema para as áreas de proteção integral. O Parque Nacional do Jauá, por exemplo, com 2,2 milhões de hectares, no Amazonas, tem apenas cinco funcionários. (R.B.)